

JOSÉ LUÍS GARCIA (ORGANIZADOR)

PORTUGAL MIGRANTE

EMIGRANTES E IMIGRADOS, DOIS ESTUDOS INTRODUTÓRIOS

José Luís Garcia
Helena Mateus Jerónimo
Maria Luís Rovisco
Pedro Alcântara da Silva
Cristina Matos Almeida
José Carvalho Lopes

CELTA EDITORA

OEIRAS / 2000

© Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 2000

José Luís Garcia (organizador)

Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados, Dois Estudos Introdutórios

Primeira edição: Dezembro de 2000
Tiragem: 1500 exemplares

ISBN: 972-774-073-1
Depósito legal: 159468/00

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora
Capa: Celta Editora
Impressão e acabamentos: Grafis, CRL, Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa, de acordo com a legislação em vigor,
por Celta Editora, Lda., Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal
[tel.: 21 4417433 / fax 21 4467304 / e-mail: celtaeditora@mail.telepac.pt]

ÍNDICE

Agradecimentos	xi
Introdução	1
<i>José Luís Garcia</i>	
Parte I A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: UMA BREVE INTRODUÇÃO	
<i>Helena Mateus Jerónimo, Maria Luís Rovisco, Cristina Matos Almeida e José Carvalho Lopes</i>	
1 A "nação-navio"	11
2 O movimento transoceânico	15
3 O movimento intra-europeu	35
4 Elementos da emigração na actualidade	53
Parte II A IMIGRAÇÃO E A COMUNIDADE CIGANA EM PORTUGAL: RELATÓRIO DE UM INQUÉRITO À OPINIÃO DOS PORTUGUESES	
5 Onde começa a diferença?	65
<i>Maria Luís Rovisco</i>	
6 Imigração, "minorias étnicas" e comunidade cigana	75
<i>Pedro Alcântara da Silva</i>	
7 Epílogo	109
<i>José Luís Garcia</i>	
Notas	113
Referências bibliográficas	123
Anexo	129

EPÍLOGO

Duplicidade moral ou cosmopolitismo baseado na justiça?

José Luís Garcia

Primeiro, o Portugal migrante foi, durante muito tempo, um país de emigração. Depois, sobretudo após Abril de 1974, começou a ser consistentemente um país de imigrados. Agora, às portas do século XXI, com um certo recrudescimento da emigração, Portugal continua a ser uma nação de emigrantes sendo também um país de imigrados. Quando o Portugal migrante era só um país de emigração, os portugueses não tinham ideia de que a imigração pode ser vista como constituindo um problema ou um facto perturbador, “imaginário” ou não, para uma grande parte dos habitantes que configuram as nações e os países de chegada. Os portugueses estavam convictos, no impulso da vaga emigratória europeia das primeiras décadas da segunda metade do século XX e no seguimento do Plano Marshall que ajudou a reconstruir a Europa no pós-guerra e ao qual Portugal não aderiu, que os “seus” emigrantes iam ser úteis nesses países, que tinham à sua espera empregos — trabalhos duros e com pouca qualificação, certamente, na França, na Alemanha, no Luxemburgo e na Inglaterra, como desclassificado tinha sido tradicionalmente o trabalho no mundo rural da Califórnia e do Havai no continente norte-americano, razoavelmente diferente no Brasil e na Venezuela —, mas eram, ao fim de contas, empregos. Os portugueses sabiam que os emigrantes não se deslocavam para outras terras para roubar nem mendicar.

Quando Portugal era um país apenas de emigração, sabia dar valor — valor até heróico como ocorria no filme *O Salto* — à aventura das suas gentes que se entregavam nas mãos do transporte clandestino para fugir da pobreza, da guerra colonial e em busca da concretização de expectativas que tinham crescido ao sabor do relato de outros que vinham do estrangeiro ou pressentidas, apesar da censura, nas notícias dos meios de comunicação social. O país sentia, em particular nas férias e no Natal — a televisão dava sempre a ver —, como era difícil estar separado da família, falar numa língua que não se tinha aprendido na infância, viver sem estatuto noutras países, habitar as periferias pobres das grandes metrópoles ricas. Portugal sabia que esse era o preço a pagar por aqueles que decidiam — ou eram constringidos a decidir — procurar melhores condições fora do seu país. Até essa altura, muitos historiadores, como escrevi na introdução deste livro, referiam-se com insistência e mesmo abuso à emigração portuguesa no quadro de uma “constante estrutural” ditada por

uma persistente situação de população excedente que por via dos salários baixos e da falta de emprego dava origem aos fenómenos de saída mais ou menos continuada para fora das suas fronteiras continentais e nacionais.

Depois, com o fim do império colonial, Portugal começou paradoxalmente a aperceber-se da chegada de parte dos seus antigos súbditos coloniais e os portugueses — que não se viam até essa altura como importadores de diversidade etnocultural — tiveram um primeiro sobressalto ao constatarem o reverso da exportação dessa diversidade. Mas logo sossegaram, de tão absorvidos que estavam com os seus problemas mais imediatos ligados às peripécias do fim da ditadura de Salazar e Caetano e à conturbada constituição de um novo sistema político assente na liberdade e democracia políticas, regime que nunca tinham experimentado verdadeira e duradouramente. Os portugueses e as suas elites convenceram-se tranquilamente que nada de muito substancial iria acontecer quanto às migrações, salvaguardando evidentemente o elemento esporádico do retorno de África. A imigração entretanto surgida — assim pensavam — seria um acontecimento apenas episódico, sobretudo relacionado com a sequência final do império, um elemento que não teria continuidade. Nessa altura, surgiram duas ideias, que se tornaram um costume enganador, para lidar com este fenómeno que se tinha como espúrio: desde logo, accionar simplesmente o plano jurídico, tendo sido alterada, em consequência, a lei da nacionalidade com o fim de impedir que fosse considerada portuguesa qualquer pessoa nascida nas ex-colónias antes das independências; em segundo lugar, postular ignorantemente, sem olhar para as outras situações europeias próximas da portuguesa, e sem sentido de médio ou, ainda menos, largo prazo, que os fenómenos imigratórios são, no geral e no fundamental, conjunturais e limitados no tempo. Que este postulado não se aplicasse à emigração nacional não fazia pensar nem agir as elites políticas e a população portuguesa. Postulado, portanto, duplamente irresponsável porquanto não tinha sequer correspondência no que dizia respeito aos “nossos” emigrantes: estes, tudo indicava que iriam a continuar pela França, pela Alemanha e pela América, talvez como ocorrera vagamente no Brasil, iriam continuar a enviar as suas poupanças para os bancos da terra que os viu nascer, os seus filhos acabariam por ser bem integrados nesses países e no Natal e nas férias cá se encontrariam todos os portugueses novamente em família ... Quando chegavam, os emigrantes deparavam-se com os responsáveis políticos a dar-lhes as boas vindas, embora escassas vezes os ouvissem a incentivar, através de medidas de integração, a voltar para o seu país. Os responsáveis e a imprensa também apareciam, nessas ocasiões, cheios de sentido reivindicativo quando em França se restringiam verbas e apoios para os filhos dos emigrantes aprenderem o português e prosseguirem a escolarização, quando se sentiam grandes obstáculos para conseguir a concessão de uma frequência de rádio falada em português ou quando as autoridades dos EUA começaram a sua política de expulsões para as ilhas dos Açores dos indivíduos com problemas penais integrados nos grupos emigrantes portugueses.

Entretanto, o Portugal migrante foi mudando e, devido a vários factores externos e internos — nestes, entre outros, merecem destaque o controlo da natalidade; a expansão económica subsequente à integração na União Europeia; as ligações

com as antigas colónias, em particular, a adopção da mesma língua; a permeabilidade à paralelização da economia e a deficiente regularização do mercado de trabalho e concomitante transformação em sistema de emprego efectivamente fiscalizado, já patente na persistência do trabalho infantil —, começou a ver chegar, sem que o Estado tenha tentado organizar atempadamente seja o que fosse — nem um simples recenseamento — dezenas de milhar de imigrantes oriundos, num primeiro período, de África e, após a queda do muro de Berlim, do Leste da Europa. Estes imigrados, tal como aconteceu com os emigrantes portugueses, tinham e têm quase sempre emprego à espera, nas obras do metro, nas pontes, na Expo de Lisboa e nas estradas de todo o país, na construção de hotéis e nas estufas do Algarve, no Porto capital europeia da cultura. Os portugueses puderam também reparar que os filhos das primeiras vagas de imigrados de África tinham crescido, abandonado a escola praticamente sem saber ler nem escrever, e começaram a temer a delinquência e a criminalidade com origem na chamada segunda geração. Neste processo, Portugal deixou-se encantar pelas vantagens passageiras do obívio e esqueceu-se das vicissitudes da emigração portuguesa — que, curiosamente, voltou a ser significativa e, tal como já ocorrera nos anos sessenta, tem vindo a contribuir para abrir caminho à imigração — passando a ter, no plano representacional, facto que todos suspeitávamos e o relatório do inquérito inserido na segunda parte deste livro confirma, como grande princípio que os imigrantes são só trabalhadores, são apenas máquinas humanas de trabalho, e principalmente que os imigrados pobres apenas contribuem para Portugal com o seu trabalho.

É forçoso reconhecer que o Estado não cuidou de organizar e regular o processo de vinda dos imigrados, não combateu eficazmente as redes de tráfico, não se preocupou com tenacidade com a integração cultural, fez pouco com a habitação, com o ensino da língua, com a atenuação da exclusão que espreitava os filhos destas populações que já só tinham como referência e comparação não as desgraçadas condições dos países de origem dos pais mas as condições dos portugueses e de Portugal. O Estado negligenciou as despesas com a imigração, se bem que tenha permitido que se beneficiasse dos seus proveitos. Deve ser sublinhado que o Estado não fez isto ao arrepio da vontade da população portuguesa, ainda que coubesse às elites e aos responsáveis maior clarividência e coragem cívica. A maioria dos portugueses apoiou com silêncio e xenofobia este desleixo que é, em si, uma clara orientação política. A chamada sociedade civil, o poder local e muitas outras entidades mostram-se lentíssimas e pouco disponíveis para pôr em marcha os próprios instrumentos europeus dirigidos para o mundo da imigração. Para cúmulo, sensibildades políticas e ideológicas que se apresentam como combatentes da xenofobia e do racismo dedicam-se apaixonadamente à causa da divisão “bem intencionada” entre portugueses e imigrantes, ao confundirem o desenvolvimento de recursos da comunidade para os imigrados com a instituição e propagação de comunidades de imigrantes que só se podem constituir encerradas em si ou em volta das suas “lideranças étnicas”, ao misturarem poderes individuais de cidadania com supostos direitos segmentados e diferenciados de colectividade. Por esta razão, considerando ainda os argumentos avançados em todo o livro, o discurso da difusão da diferença etnocultural e da divisão “comunitária” despreza o melhor da

tradição universalista que ajudou a configurar Portugal, conduz ao aumento da fragmentação social e ao sofrimento dos mais desprotegidos — precisamente os imigrados e seus filhos.

Primeiro, o Portugal migrante, antiga terra de navegadores e de emigração, apesar da distância entre o plano do pensamento e o de outras relações, viu-se mais como universalista do que diferencialista e construiu narrativas em torno de uma ideia de país como “nação-navio” que antes de ter percorrido uma rota emigratória europeia realizou um prolongado movimento transoceânico. Agora, Portugal, que se inclui — ainda que parente pobre ou remediado — no grupo dos países com maior índice de desenvolvimento humano do globo, está perante o desafio de reconhecer a sua própria trajectória migrante, quer no sentido de que não existem proveitos da imigração sem despesas de protecção social, quer, no âmbito civilizacional, de que o diferencialismo radical — de direita ou de esquerda — está, não só, desadequado num mundo de formas de economia e de comunicação globais e necessariamente de confluências populacionais (estas últimas não são um fenómeno novo, pois noutras eras estiveram na origem histórica das identidades que foram nacionalmente segmentadas), como milita contra o bem comum ao favorecer a partição inexorável e desnecessária das sociedades.

No Portugal migrante, a emigração como fenómeno não nos abandonou com a integração na União Europeia e, tal como nos principais países europeus, os imigrados acabarão largamente por fixar-se em Portugal, clandestina ou legalmente, com maior ou menor perseguição e sofrimento. A duplicidade moral, que se manifesta na diferente perspectiva com que se olha os emigrantes portugueses no estrangeiro e os imigrados estrangeiros em Portugal, tem a sua expressão mais clara e pujante no plano internacional através da dicotomia ultraliberal que dita simultaneamente a total abertura de fronteiras ao mercado mundial e o encerramento “proteccionista” dessas fronteiras no que toca aos movimentos migratórios dos mais pobres. Este é, de facto, o carácter da chamada “globalização” em curso, que procura completar absolutamente o processo de apropriação capitalista e a plena mercadorização da totalidade do existente: o homem reduzido a um banal corpo biopolítico, toda a vida — vegetal, animal ou humana — transformada em mero recurso e informação genética, descodificada pela tecnociência e sob a tutela jurídica da patente.

Combater as redes de traficantes e fiscalizar o mercado de trabalho irregular, estabelecer orientações de recrutamento pelo Estado e desenvolver políticas sociais baseadas em princípios de solidariedade e equidade social, desbravar formas de cidadania que, não perdendo o marco nacional, são capazes de se incorporar culturalmente na dinâmica de um cosmopolitismo que não ceda às pretensões dos homens sem rosto das multinacionais e das burocracias autoritárias que gerem os velhos e novos espaços políticos continentais como a União Europeia, parece ser o caminho mais balizado pela ideia de justiça e coerente com o melhor da tradição universalista. Uma matriz que Fernando Pessoa sintetizou poeticamente para a nossa realidade nos versos em epígrafe na primeira parte de *Portugal Migrante*: “Um português que é só português não é português”.